

A confusão das transferências federais

Está havendo, não sei se por ignorância ou por má fé, uma confusão sobre as transferências federais ao Estado do RS.

Par entender isso, em primeiro lugar, é preciso que se saiba como funciona o sistema federativo brasileiro. As principais transferências federais decorrem de **mandamento constitucional** e dizem respeito ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que são formados por 21,5% e 24,5%, respectivamente, da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, mediante critérios questionáveis, mas isso é outro assunto.

Por meio desses fundos foram distribuídos aos estados e aos municípios do País em 2020 R\$ 204.616,9 milhões ou 2,8% do PIB, com uma redução nominal de 4,2% em relação ao exercício anterior. Além deles há outras transferências como as do SUS e a aprovada recentemente para compensar as alegadas perdas da Lei Kandir, entre outras de menor importância.

Além dessas transferências, em 2020, para compensar a queda de arrecadação de estados e municípios, foi criado o **Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus**, pelo qual foram distribuídos os valores constantes da Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição dos valores decorrentes do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus
Em R\$ milhões.

UF	Saúde pública		Livre aplicação		Subtotal Valores	Suspensão da dívida	Total
	Estados	Municípios	Estados	Municípios			
Todas	7.000	3.000	30.000	20.000	60.000	60.000	120.000
RS	260	162	1.945	1.317	3.684	5.147	8.832
%	3,70%	5,40%	6,50%	6,60%	6,14%	8,60%	7,40%

FONTE: Senado Federal. Programa de Enfrentamento ao Coronavírus.

Como se vê na Tabela 1, foram distribuídos em dinheiro R\$ 60 bilhões, em quatro parcelas, sendo R\$ 10 bilhões para aplicação diretamente em saúde

(16,7%), e o restante de R\$ 50 bilhões (83,3%) para livre aplicação. Para o Estado do RS (Administração Pública Estadual) foram destinados R\$ 2.205 milhões, sendo R\$ 1.945 milhões (88,2%) para livre aplicação e R\$ 260 milhões para aplicar em saúde (11,8%). A razão do menor percentual para a saúde no RS em relação aos demais estados, não sabemos.

Segundo matéria publicada no site da Secretaria da Fazenda, como esclarecimentos do Senhor Governador, os recursos livres recebidos acabaram sendo R\$ 2.149 milhões e os **destinados à saúde, R\$ 826 milhões** (inclui R\$ 567 milhões de emendas parlamentares) e R\$ 75 milhões para a cultura, **totalizando R\$ 3.050 milhões**, correspondendo 6,6% da RCLe ¹. Isso representou um acréscimo de R\$ 845 milhões em relação à destinação inicial.

No tocante à dívida foram suspensos mais R\$ 60 bilhões, dos quais o RS participava com R\$ 8.832 milhões, ou 7,4%, mas o Estado não vinha pagando a dívida desde julho/2017.

O total das transferências correntes para o Estado em 2020 foi R\$ 11.170 milhões, já líquido da participação dos municípios, inclusive a do Fundeb, e correspondeu a 24,3% do total da receita corrente líquida efetiva do Estado (R\$ 46.025 milhões). Não sei de onde saiu a informação de que a União transferiu mais de 40 bilhões para o Estado. Houve uma transferência significativa, conforme citado acima, de R\$ 3.050 milhões, mas nada a ver com 40 bilhões, que corresponderia a quase toda a arrecadação líquida do Estado (87%).

2020 a redenção das finanças dos estados

Considerando todos os estados, o ano de 2020 foi a redenção de suas finanças. Em 2019, os estados fizeram um superavit de R\$ 1.851,1 milhões, passando para R\$ 37.912,1 em 2020, ou seja, multiplicaram por 20,5 vezes. As causas, além da ajuda federal muito maior que as perdas de arrecadação, foram a LC (federal) n° 173/2020 que congelou a despesa até o final de 2021 e as reformas feitas, especialmente a previdenciária, que seguiu os ditames da reforma federal com o aumento das contribuições previdenciárias.

¹ RCLe = receita corrente líquida efetiva, ou seja, a receita corrente menos as parcelas dos municípios, incluindo o Fundeb.

De sete estados em 2019, apenas 2 em 2020 geraram déficits e, assim mesmo, muito reduzidos. Os resultados primários cresceram 32,8%. Somente o Estado de São Paulo apurou um resultado primário de R\$ 20 bilhões (Tabela 2).

Em compensação, o Governo Federal fez **1,013 trilhão de déficit nominal** em 2020 e isso se refletirá na sociedade, com mais tributação ou inflação.

Tabela 2. Resultado orçamentários e primários dos estados, 2019 e 2020
Em R\$ milhões correntes.

UF	RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS			RESULTADOS PRIMÁRIOS		
	2019	2020	VAR. %	2019	2020	VAR. %
AC	131,4	145,0	10,3%	676,6	577,9	-14,6%
AL	567,2	1.400,2	146,8%	1.000,9	1.322,5	32,1%
AM	630,9	1.302,1	106,4%	1.559,8	1.224,2	-21,5%
AP	983,9	1.883,4	91,4%	1.072,7	1.210,3	12,8%
BA	10,1	2.146,8	21078,3%	1.009,1	2.980,9	195,4%
CE	1.045,1	1.470,1	40,7%	1.302,3	1.698,7	30,4%
DF	217,5	1.399,8	543,4%	174,9	1.642,5	839,0%
ES	2.649,8	1.063,4	-59,9%	2.255,3	1.404,5	-37,7%
GO	523,0	551,2	5,4%	2.323,8	2.730,0	17,5%
MA	-296,2	95,6	-132,3%	688,2	648,3	-5,8%
MG	-8.632,2	-2.853,6	-66,9%	4.725,9	5.865,0	24,1%
MS	51,8	2.190,9	4127,0%	738,8	2.295,4	210,7%
MT	870,7	3.906,7	348,7%	1.461,3	3.473,3	137,7%
PA	1.621,8	1.278,5	-21,2%	999,9	1.021,8	2,2%
PB	647,7	1.428,6	120,6%	744,8	1.452,8	95,1%
PE	348,7	1.025,2	194,0%	1.015,5	2.056,0	102,5%
PI	-1.296,4	1.393,3	-207,5%	-993,6	1.824,3	-283,6%
PR	331,3	1.349,8	307,4%	1.116,6	20,2	-98,2%
RJ	2.688,1	2.624,1	-2,4%	2.367,0	2.256,2	-4,7%
RN	-898,1	238,3	-126,5%	643,6	207,0	-67,8%
RO	881,8	1.223,9	38,8%	1.004,7	1.628,6	62,1%
RR	713,2	842,1	18,1%	1.243,6	738,2	-40,6%
RS	-3.432,5	-592,4	-82,7%	669,4	2.869,9	328,7%
SC	161,8	1.863,5	1052,1%	1.989,1	2.680,0	34,7%
SE	-101,9	476,6	-567,9%	297,5	499,3	67,9%
SP	-554,0	7.725,4	-1494,5%	18.330,0	19.964,5	8,9%
TO	-32,5	313,4	-1063,4%	568,6	784,9	38,1%
TOTAL	-167,9	35.892,0	21480,0%	48.986,4	65.077,0	32,8%

FONTE: Tesouro Nacional- SICONFI. Cálculos próprios.

(Consolidação e dinâmica, planilha 11/T-3).

CONCLUSÃO

O Estado do RS recebeu do Governo Federal, do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, em 2020, para aplicar diretamente em saúde R\$ 826 milhões e aplicou com recursos próprios, por determinação constitucional, mais R\$ 4,3 bilhões, ou 12% da receita líquida de impostos e transferências, embora o Ministério Público de Contas diga que o valor aplicado é bem menor, porque discorda de muitos critérios adotados pelo Estado nessa aplicação. Isso, no entanto, são práticas que vêm de governos anteriores e muitas delas com o consentimento do Tribunal de Contas.

A maioria dos recursos, como vimos, é de livre aplicação e se destinavam a compensar a perda de arrecadação pela pandemia.

O que o Estado do RS recebeu da União para o enfrentamento do coronavírus foi R\$ 3.050 milhões, sendo R\$ 2.149 milhões de livre aplicação, R\$ 826 milhões para aplicar em saúde e R\$ 75 milhões para a cultura. Se o Estado poderia destinar mais para a saúde dos recursos livres, não tenho condições de avaliar.

Entretanto, o que ocorreu, não só no RS, mas nos demais estados, foi **uma perda de receita bem menor do que a ajuda federal**, cujas transferências onde ela está inserida, cresceram nominalmente 27,5% em 2020 sobre 2019. No RS e talvez em muitos estados, o ICMS, que caiu nos meses de abril a julho, recuperou-se a partir de agosto, com altas taxas de crescimento, devido ao aumento nos preços por atacado e dos combustíveis. Além disso, o congelamento da despesa estabelecido pela LC nº 173/2020 e o aumento das contribuições previdenciárias provocaram grande melhora nas finanças dos estados. Os demais efeitos das reformas se farão sentir mais no longo prazo.

Todos os estados passaram a ter superávits orçamentários em 2020, exceto MG, que apresentou um déficit de R\$ 2.583,5 milhões e RS, com R\$ 592,5 milhões, numa redução em relação ao exercício anterior de R\$ 67% e 83%, respectivamente.

Com isso, os estados alcançaram em 2020 um dos três maiores superávits primários nos últimos 15 anos. Paradoxalmente, a **União gerou um déficit primário de R\$ 746 bilhões e um déficit nominal de R\$ 1,013 trilhão** ou 13,7% do PIB, segundo o Bacen.

Em resumo, a pandemia ajudou a levantar as finanças dos estados e, talvez, dos municípios, e no governo federal aprofundou uma crise financeira que começou em 2014 e vinha sendo reduzida, mas que sofreu grande avanço em 2020, e poderá se tornar insustentável.

Porto Alegre, 3 de março de 2021.

Referências:

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA – CONSULTORIA LEGISLATIVA
DISTRIBUIÇÃO POR UF DOS VALORES DECORRENTES DO PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/documents/12427/107369124/GERAL_DistMunEst.pdf

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RS. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS FEDERIS DURANTE A PANDEMIA. Disponível em: <https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/14920/governador-esclarece-destinacao-de-recursos-federais-no-rs-durante-a-pandemia>
RREO – 6º bimestre de 2020.

Disponível em:
<file:///C:/Users/Darcy/Downloads/20210201142749rreo6bim2020.pdf>

TESOURO NACIONAL - RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL (2020).

Disponível em:
<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>

Os indicadores do Estado do RS melhoraram em 2019 e 2020, mas não quando comparados. Disponível em:

[ARTIGOS DARCY FRANCISCO – FinançasRS – Economia e Finanças Públicas \(financasrs.com.br\)](https://www.financasrs.com.br/artigos-darcy-francisco-financasrs-economia-e-financas-publicas)